

A TRANSIÇÃO URBANA LATINA E A DIMENSÃO DAS CIDADES.*

Felipe Ferreira Monteiro[†]

Ricardo Ojima[‡]

RESUMO

O processo de urbanização é algo além do simples crescimento da mancha urbana, sua compreensão deve também observar a população que habita e produz esta cidade. O processo de urbanização e o crescimento da população podem ocorrer em ritmos desiguais, levando a formação de cidades com tamanho maiores que o esperado para a população que contêm.

O processo de transição demográfica ocorreu de maneira mais rápida nos países em desenvolvimento da América do Sul, onde o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, articulados a determinadas estruturas políticas e econômicas, não foram capazes de planejar uma cidade com devida infraestrutura para toda população. Entender como ocorrem as transformações urbanas na América Latina e seus impactos, podem servir de referência aos países da África e Ásia, se planejarem para os impactos decorrentes das mudanças uma vez que ainda passam por transformações demográficas.

O presente trabalho busca discutir os elementos de transformação demográfica em países da América Latina e sua influência no processo de crescimento urbano. Observando as definições utilizadas por diferentes países do que vem a ser população urbana e a comparação entre os conceitos desses países. Pois de acordo com o conceito trabalhado, a comparação entre os níveis de urbanização podem levar a equívocos. Através desta análise será possível compreender as maiores transformações nas cidades, uma vez que a concentração da população no meio urbano, de forma não planejada, leva ao contínuo crescimento e dispersão das áreas urbanas. Compreender os aspectos demográficos e sua relação com a urbanização enquanto processo, nos permite comparação entre os países e assim planejar melhor as cidades.

Palavras-chave: Transição urbana, Urbanização, transição demográfica

* Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014”

[†] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil – felipefmonteiro@gmail.com

[‡] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil – Ricardo.ojima@gmail.com

RESUMO

El proceso de urbanización es algo más allá de simples crecimientos de la mancha urbana, la validación también tiene que observar a la población que habita y produce la ciudad, pues el proceso de urbanización es el crecimiento de la población puede no ocurrir en ritmos semejantes, llevando a la formación de ciudades con tamaño mayores que lo esperado para sus poblaciones.

El proceso de transición demográfica ocurrió de manera más rápida en los países en desarrollo de América del Sur, donde el crecimiento acelerado en los grandes centros urbanos, articulados a las determinadas estructuras políticas y económicas, no fueron capaces de planear la debida infraestructura para toda la población. Entender como ocurren las transformaciones urbanas en América Latina sirve de referencia para los países de África y Asia, en la realización de planeaciones para los impactos de estas transformaciones, ya que aún se encuentran pasando transformaciones en sus variables demográficas.

El trabajo discute sobre los elementos de la transformación demográfica en países de América Latina y su influencia en el proceso de crecimientos urbano. Observando las definiciones utilizadas por diferentes países. Pues de esta manera de acuerdo con el concepto trabajado, la comparación entre los niveles de urbanización puede llevar a equívocos. A través de este análisis se podrá comprender las mayores transformaciones en las ciudades, una vez que la concentración de la población en el medio urbano, de forma no planeada lleva al continuo crecimiento y dispersión de las áreas urbanas. Comprender los aspectos demográficos y su relación con la urbanización, mientras los procesos permiten comparación entre los países y a si hacer un mejor planeamiento para las ciudades.

Palabras-claves: Transición urbana, la urbanización, la transición demográfica

URBANIZAÇÃO LATINOAMERICANA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO URBANA.

A urbanização nos países da América Latina é destaque, devido à rapidez em que ocorreu o processo e as transformações decorrentes ocorridas em cada país. O crescimento urbano das sociedades denominadas “subdesenvolvidas” na América do Sul ocorreu de maneira muito mais acelerada que nos países da Europa e na América do Norte. Essa elevada urbanização está relacionada ao crescimento demográfico dessas populações e sua acelerada expansão urbana, uma vez que nas regiões subdesenvolvidas a expansão urbana ocorreu em ritmo superior ao de países industrializados, mas como afirma Castels (1978), sem o desenvolvimento econômico esperado.

Castels (1978) destaca que se trata de uma interpretação errônea considerar a urbanização como uma consequência do crescimento econômico e da industrialização ou supor que a grande urbanização seja indicio do desenvolvimento. Para compreender o processo é necessário integrar a isso a análise do chamado subdesenvolvimento, que ao declarar o status de desenvolvimento aos outros países, deve-se entender que não se trata de uma sequência diferente do mesmo desenvolvimento, mas diferentes maneiras de expansão de uma estrutura histórica. Onde o capitalismo preencheu de diferentes maneiras as estruturas em cada sociedade e dessa forma os países subdesenvolvidos devem também ser lembrados como países explorados, dominados e economicamente dependentes.

A urbanização pode ser vista como expressão espacial, da dinâmica social e como o modo capitalista foi inserido na formação social existente e essa implantação no modo de dominação pode ser vista, segundo Castels (1978), como inserida de dois modos nos países sul americanos.

Uma implantação colonial, onde a cidade ocupa uma função administrativa, e que reproduz os moldes da metrópole, modelo este melhor observado nas cidades de domínio espanhol na América Latina. A dominação capitalista tem sido demonstrada pelo crescimento em tamanho, com traçado interior inicialmente padronizado e determinado segundo a antiga metrópole. Uma segunda forma de implantação é a de considerar a cidade como centro de negócios que são, em termos, pontos de escala de rotas comerciais, as cidades de domínio português implantadas no Brasil melhor exemplificam esse modelo. A medida que o modo de produção capitalista se desenvolve e ocorre aceleração do processo de industrialização, seus efeitos podem ser sentidos na organização espacial e na estrutura demográfica das sociedades dominadas (CASTELS, 1978).

O crescimento acelerado das aglomerações urbanas na América Latina está intimamente relacionado ao processo de migração rural-urbano, que é reflexo da urbanização dependente que provoca o superpovoamento das aglomerações urbanas, devido à distância econômica e da oferta de serviços entre os grandes centros e o resto do país, o que causa o esvaziamento das regiões rurais.

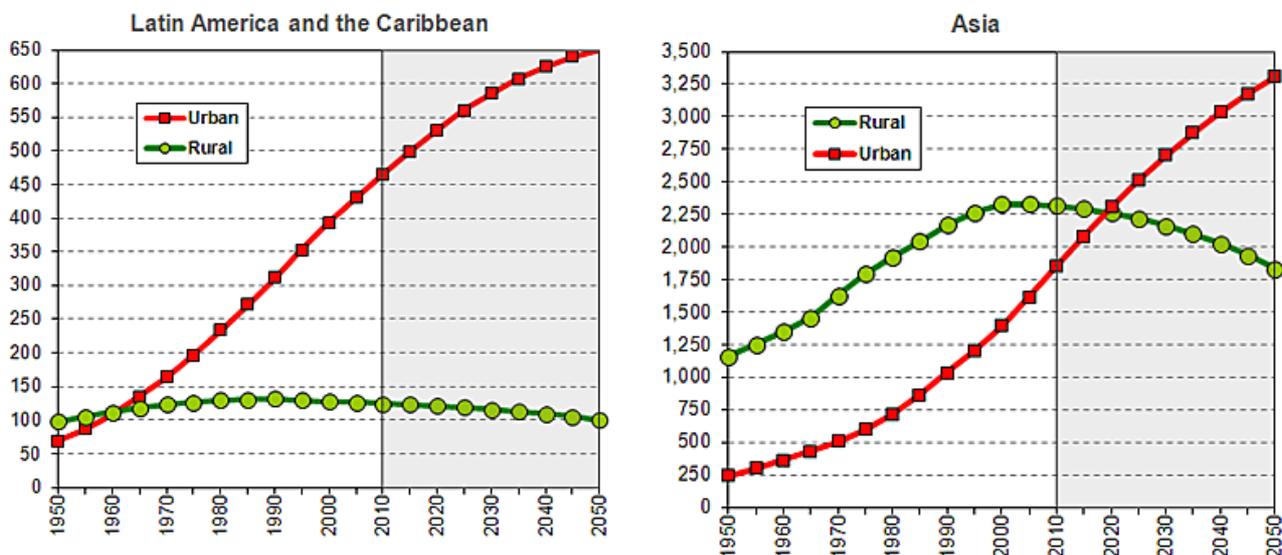
A própria estrutura demográfica dessas populações também pode ser apontada como elemento conseqüente de crescimento da população, uma vez que apresentado o aumento da expectativa de vida e da grande proporção da população em idades reprodutivas, que mesmo na redução das taxas de fecundidade, tem impacto na geração de um grande número de filhos e elevação no número total da população.

Esse processo de mudança na concentração das populações, transformando rapidamente um país, saindo de uma maioria rural para urbana, é denominado de transição urbana (McGRANAHAN E MARTINE, 2010; SILVA E MONTE-MOR, 2010), que tomam por referencia o Brasil e suas transformações demográficas.

A transição urbana é um conceito ainda pouco abordado pelos demógrafos e que pode trazer informes sobre a relação da transição demográfica e a problemática urbana atual em diferentes países chamados “subdesenvolvidos”. Monte-mor e Silva (2010) apontam que o conceito cria um campo de convergência entre problemas urbanos e as transformações demográficas, que muitas vezes são abordados de forma separada em suas análises como a mudança entre os regimes demográficos e a produção e reprodução do espaço urbano, pois populações mais jovens com maior numero de dependentes implica em exigir mais e maiores espaços públicos, maior numero de escolas e mais domicílios para todas as famílias.

Carvalho e Garcia (2003) afirmam que nos países sul-americanos a rapidez e intensidade da transição demográfica e do processo de urbanização são questões centrais para a compreensão da sociedade e sendo um fato que constitui um dos aspectos mais peculiares da investigação em demografia no país. Na figura 1 são apresentados os valores absolutos do grau de urbanização na America Latina e para Ásia, onde para o ano 2010, America Latina apresentava níveis de população urbana bem mais elevados e com forte tendência para continuo crescimento, que na Ásia, a qual ainda esta por passar pelo processo de transição urbana, com gradual decréscimo da população rural.

Figura 1 – População urbana e rural na Asia e America Latina e Caribe, 1950 - 2050.



Fonte: United Nations, 2012

Confirmando a proposta de Castels (1978), a transformação da cidade é uma expressão do modelo capitalista atuando dentro de uma sociedade, tanto o processo de urbanização e as mudanças demográficas decorrentes. Essas modificações são faces correlatas de um processo de mudança qualitativa e quantitativa pelo qual passa a sociedade e que se reflete na forma que a população faz as suas escolhas (MONTE-MOR, 2006). Dessa maneira esta afetada desde seu comportamento reprodutivo, sua forma de moradia, como desfruta dos serviços e

das condições oferecidas pela cidade e essas escolhas se relacionam com a forma física da cidade.

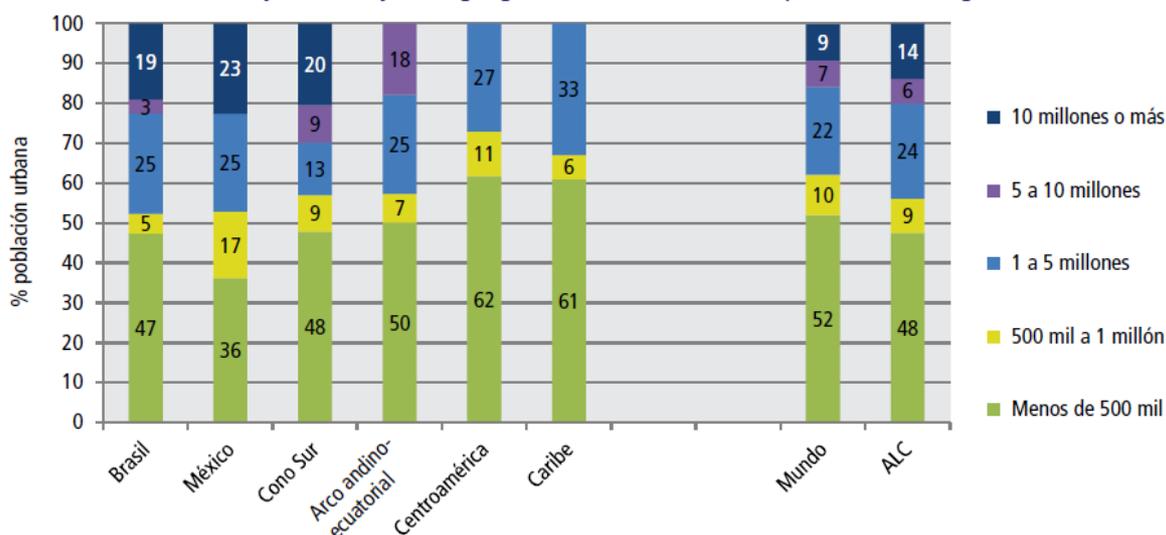
AS DIFERENTES DELIMITAÇÕES DO ESPAÇO URBANO NOS PAÍSES NA AMERICA LATINA

Segundo relatório da ONU-HABITAT (2012), na população da America Latina e Caribe mais de 80% é urbana, um valor bem superior ao encontrado nos países denominados desenvolvidos, mas desse volume urbano quase 50 % dessa população vive em cidades denominadas de cidades médias, as quais apresentam menos de 500 mil habitantes.

Na figura 2, são apresentadas as taxas de urbanização por tamanho de aglomeração para grandes países da America latina, que quando comparados com as taxas a nível de mundo, demonstra um predomínio das cidades médias, seguida das cidades com população entre 1 a 5 milhões de habitantes. Essa característica deixa a idéia de que apesar de mais urbanizada, a America Latina pode ser considerada menos populosa, quando comparada a outras regiões do mundo, uma vez que a distribuição da população não esta igualmente disseminada entre os centros urbanos.

Essa desconcentração dos grandes centros e disseminação das cidades de menor porte leva a questionar se os níveis de urbanização são realmente tão elevados quanto anunciados. Para entender e poder comparar os diferentes níveis, buscou-se averiguar os diferentes conceitos de população urbana que são utilizados nos países e a partir disso entender se essa condição dos níveis de urbanização são realmente como os grandes números se apresentam.

Figura 2 – Grau de urbanização, por tamanho da aglomeração, Mundo e países da America latina e Caribe, 2010.



Fonte: Dados da UNDESA (2010)

Como fonte de informação para os níveis de urbanização dos diferentes países estudados e como é tratada a definição de urbano para os mesmos, foram utilizados os dados disponibilizados pela Nações Unidas, onde essas informações são apresentadas de maneira detalhada.

As definições de urbano e rural entre os países da América Latina e do Caribe apresentam variações que na maioria das vezes são dicotômica, sem dar espaço para áreas intermediárias. Por vezes permanecendo obscura, uma vez que cada país trata de definir segundo seus aspectos culturais e estrutura social, muito próximo do que Monte-mór (2006) trata sobre o conceito utilizado para o que se propõe como urbano, o qual, quando entendido como um tecido que vem das cidades e se estende sobre as outras regiões, nada mais é que uma síntese da dicotomia cidade-campo.

Levando-se em conta a utilização de diferentes critérios, torna delicada a comparação entre valores divulgados, para esse artigo foram considerados somente alguns países para análise dos dados e conceitos. Dessa forma serão utilizadas e discutidas as conceituações dos países: Peru, Cuba, Colômbia, Venezuela e Brasil.

No Peru a conceituação utilizada para população urbana sofreu modificações ao longo dos anos, onde durante a década de 1960 considerava população urbana toda aquela que fosse sede de distrito, e além disso cidades que apresentassem condições urbanas como ruas pavimentadas, esgoto, iluminação pública e com população igual ou superior a sede do distrito. A partir de 1972 até o último censo, em 2007, foi considerada população urbana toda aquela que habita em centros povoados, em número mínimo 100 domicílios, ocupados continuamente, formando chamada manzana ou quarteirões. Por exceção se considera população urbana toda aquela que habitam nas capitais de cada distrito (INEI, 2011), o equivalente a um município no Brasil.

No Perú a definição mais recente o crescimento contínuo da malha urbana, independente das condições das habitações e de seu entorno, leva a uma constante expansão dos limites da área urbana, o que implica em territórios administrativos das cidades peruanas em constante crescimento, pois as franjas urbanas sempre se acrescentam a mancha principal, o que pode levar a difícil definição dos limites administrativos de uma região, uma vez que o crescimento urbano, em geral ocorre de maneira mais além que o esperado.

Analisar a delimitação para Cuba é interessante, diante a sua condição política dentro da América Latina. A população denominada urbana é aquela que reside em locais habitados por mais de 2000 pessoas. Também são consideradas urbanas as localidades que possuem população entre 200 e 500, assim como acima de 500 até 2000, mas com as seguintes características: Ruas pavimentadas, Iluminação pública, rede de esgotos, serviço médico e centro educacional (CELADE, 2011).

Em Cuba, seu conceito de ambiente urbano deixa clara a necessidade de infraestrutura mínima obrigatória para o poder público, como educação, saúde e infraestrutura e dessa forma garantir recursos mínimos acessíveis para população. Em comparação com Peru, somente nos anos 1960, os critérios seguiam o mesmo princípio de um número mínimo de pessoas com infraestrutura disponível.

Na Colômbia a delimitação já apresenta uma definição delimitadora somente pelo total da população, mas que sofreu transformações. Na década de 1960, era população urbana aquela que ocupava as cidades ou povoados com mais de 1500 habitantes e assim se manteve até 1985, quando a definição deixou de considerar um número fixo de moradores e passou a utilizar o conceito de *cabecera* municipal, que é definida como a concentração de qualquer número de pessoas que habitam a cidade onde estiver a sede municipal ou prefeitura (CELADE, 2011).

Para a Venezuela é utilizada uma delimitação semelhante à Colômbia, mas que até 1990 apresentava o diferencial de considerar a população em área urbana em 3 tipos em que eram consideradas urbanas aquelas que habitam em centros populacionais com 2500 ou mais habitantes. População em área intermediária, com total de população variando de 1000 a 2499 habitantes e áreas rurais, abaixo de 1000 habitantes. Para o último Censo, ocorrido em 2000, foi retirada a chamada área intermediária, incorporando a mesma como área rural e aplicando a definição dicotômica de população urbana, habitantes em centros populacionais com mais de 2500 habitantes, em qualquer nível de divisão administrativa, e rural quem está abaixo desse valor (CELADE, 2011).

No Brasil, a delimitação de urbano é definida como: todas as sedes de município são área urbana e cada município põe em votação seus limites pela sua câmara municipal. Essa condição de autonomia de cada município levou a criação deliberada de expansivos limites urbanos muitas vezes motivados pelos ganhos tributários, sem um planejamento ou justificativa clara dessa expansão, causando problemas ao poder público em garantir o mínimo de infraestrutura para os habitantes incluídos nesse limite.

O conceito de urbano adotado no Brasil tem como base o Decreto-Lei 311, de 1938, que considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Segundo Veiga (2002), esse critério administrativo, aumenta o grau de urbanização do país, contabilizando como áreas urbanas pequenos municípios de base rural, os quais não tem nenhuma característica que lhe delimitem urbano. Portanto, é necessário levar em consideração que esse conceito adotado pode vir a superestimar o fenômeno, especialmente pela inclusão das pequenas cidades, o que pode estar levando a um alarmismo sobre a grande concentração da população urbana e põe em questão a própria transição urbana (VEIGA, 2002).

Diante a inconsistência dos reais níveis de urbanização no Brasil, a própria questão de haver uma transição urbana seria questionável, tudo por conta do conceito de urbano aplicado pelos órgãos durante o levantamento. Partindo disso, se tomarmos para o Brasil o conceito utilizado por outros países para delimitação do urbano, os valores estimados da urbanização possivelmente seriam bem diferentes, uma vez que em alguns casos são utilizadas características bem específicas.

Utilizando a definição de Cuba, onde a necessidade de atender um conjunto de características necessárias para considerar uma aglomeração como urbana, muitas das cidades brasileiras de pequeno e médio porte não seriam incluídas, pois não apresentam características mínimas exigidas.

O mesmo ocorre quando tomada a delimitação definida pelo Peru, que exige como partida um número mínimo de domicílios e uma malha urbana contígua, dessa forma, seguindo a definição, uma única aglomeração urbana pode apresentar mais de uma cidade, logo cidades como São Paulo, Recife ou Fortaleza, seria considerado uma única região urbana. Mas em oposto, diversos municípios deixariam de considerar urbanas suas sedes, uma vez que não atenderiam o número mínimo de domicílios em continuidade para considera-se urbano ou mesmo cidades como Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, que atualmente considera seus limites municipais totalmente como urbano, não o poderia fazer, pois não existe uma mancha urbana única ocupando toda seu limite.

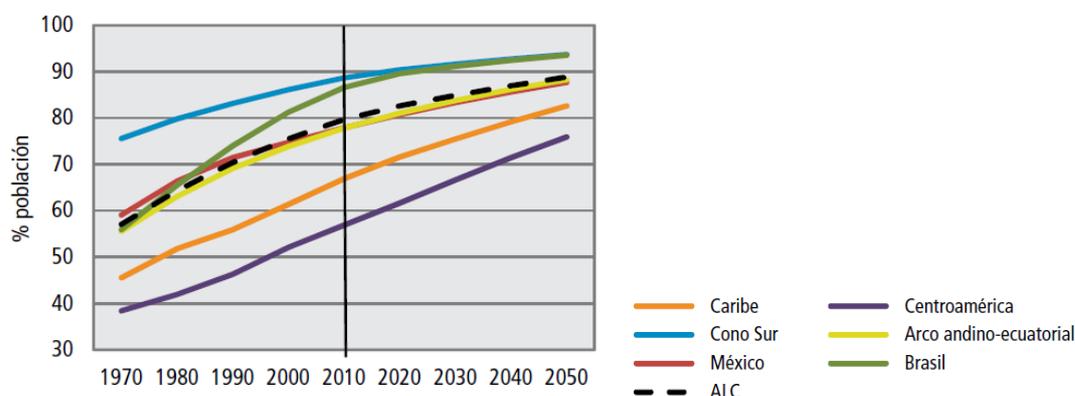
O Brasil apresenta no conjunto de 5.506 municípios brasileiros, cerca de 73% destes com até 20.000 habitantes, considerados de pequenos municípios. Em tais municípios, residem cerca

de 20% da população brasileira, ou seja, aproximadamente 34 milhões de habitantes (PNUD, 2003). Dada a grande importância dos pequenos municípios no valor montante do valor de urbano, mudar os conceitos utilizados poderia garantir mudar algumas perspectivas para a urbanização no Brasil, podendo vir a reduzir os valores absolutos da população urbana.

NIVEIS DE URBANIZAÇÃO EM DIFERENTES PAISES DA AMERICA LATINA

Em termos numéricos, o grau de urbanização nos países da America Latina está em baixos níveis, mas constantes, como apresentado na figura 3. Essa situação torna mais previsível a situação futura desses países, com uma população cada vez mais urbanizada e de transformações urbanas ainda mais traumáticas, com deterioração ambiental e marcantes desigualdades sociais e tecido urbano cada vez mais espreado.

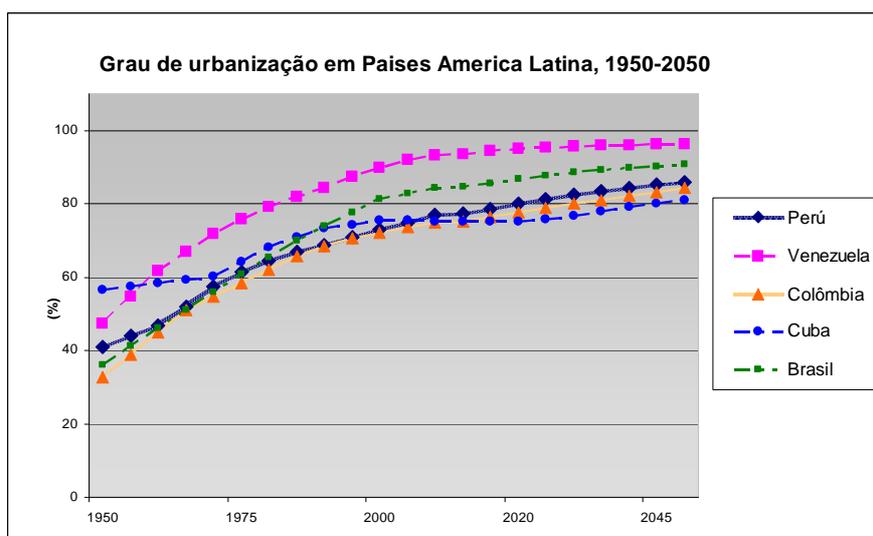
Figura 3 – Evolução e projeção do grau de urbanização na America Latina e Caribe, 1970 - 2050



Fonte: Dados da UNDESA (2010)

No gráfico da figura 4, são apresentados os valores, das taxas da urbanização desde 1950 e projetadas até 2050, para os países analisados inicialmente no texto. É possível perceber que mesmo em baixos níveis no grau de urbanização, todos estão em tendência de crescimento e com valores próximos ou acima de 80% da população.

Figura 4 – Grau de Urbanização em Países da America Latina, 1950 – 2050



Fonte: Dados do Nations United. 2011

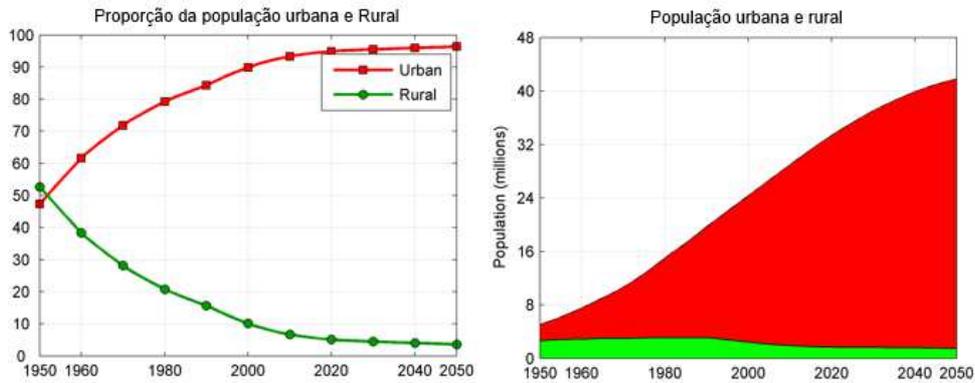
Para melhor entender as características da urbanização e compreender elementos próprios de cada país foram avaliadas as informações disponíveis sobre o volume da população rural e urbana de todos os países e como o processo de transição de urbana, observado para o Brasil por Martine e McGranahan (2010), pode também ser aplicado percebido em outros países.

Apesar dos diferenciais em conceituação sobre a população considerada urbana, características de uma rápida transição urbana ficam claros, tanto para Venezuela, Brasil e Peru e conseqüentemente expostos aos mesmos problemas urbanos em diferentes níveis.

Castels (1978) frisa que nos países da América Latina, os movimentos migratórios rural-urbano foram intensificados pela estimulação da industrialização, decorrente da Segunda Guerra Mundial e apoiada pelo aumento no crescimento vegetativo, levou ao crescimento da proporção da população residente em localidades urbanas. Analisando os gráficos das figuras 5, 6 e 7, em todos os países é marcante a intensificação do processo de urbanização, após os anos 50 e avançando sempre em elevação, mesmo que em diferentes velocidades.

Para Venezuela quase a totalidade de sua população pode ser definida como urbanizada e com uma população rural quase inexistente (figura 5). Essa situação tem impacto principalmente na disposição da infraestrutura para sua população, como água encanada e sistema de saneamento básico. Segundo o relatório da ONU/HABITAT (2012), no país cerca de 80 % da população urbana possuía água encanada e mais de 90% possuíam acesso a sistema de saneamento, uma condição ótima diante ao elevado nível de urbanização, mas questionável quanto a qualidade desses serviços.

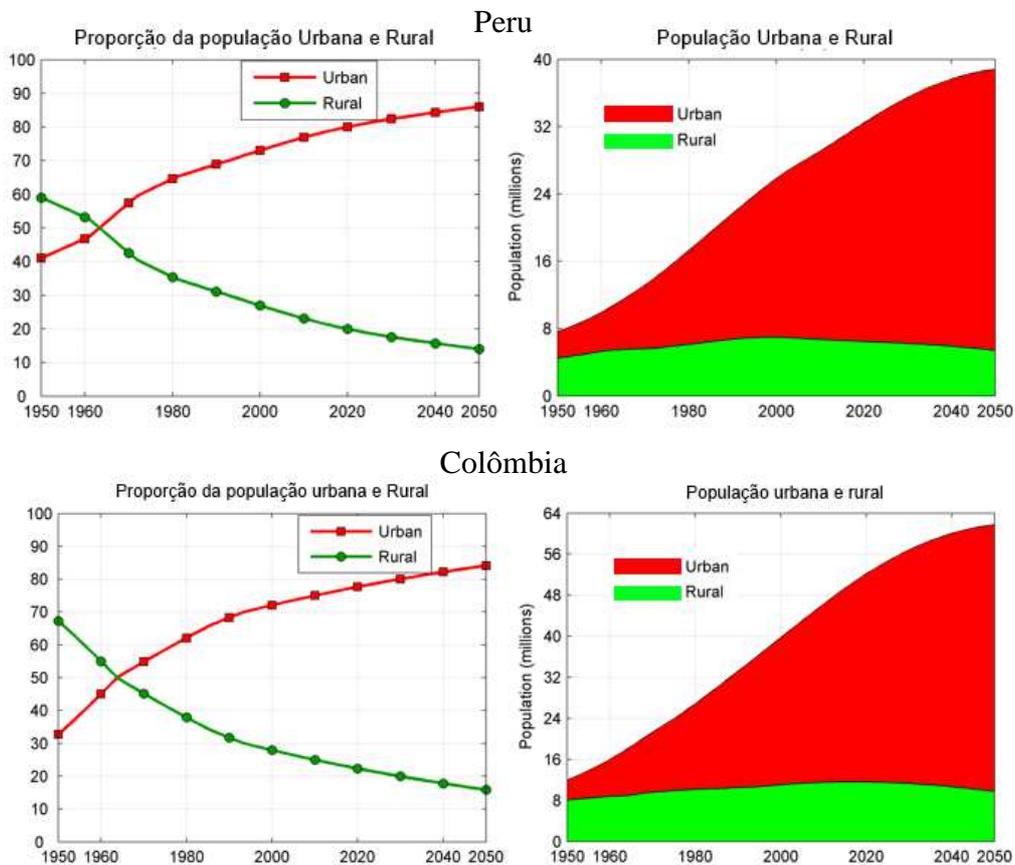
Figura 5–Grau de urbanização na Venezuela, 1950- 2050



Fonte: United Nations, (2011).

Com relação ao Peru e Colômbia, o processo de urbanização da população ocorreu somente após os anos 1960 (Figura 6). Com taxas de crescimento populacional bem menor, se comparadas a Venezuela, mas com volumes totais bem mais elevados, expondo essas populações a maiores riscos de sofrerem impactos decorrentes da falta de infra-estrutura.

Figura 6 – Grau de urbanização para Peru e Colômbia, 1950 – 2050



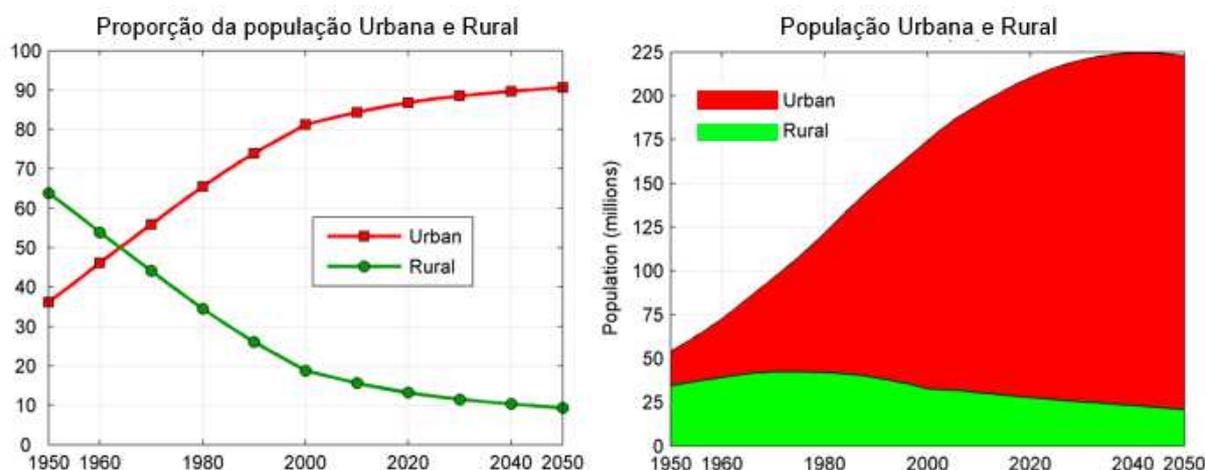
Fonte: United Nations, (2011).

Por conta dos seus critérios aplicados para população urbana, Colômbia, Venezuela e Peru, podem vir a demorar a apresentar queda no volume da população urbana, mesmo que com uma queda da fecundidade a níveis inferiores ao da reposição (FIGOLI e WONG, 2002), somente por conta do crescimento vegetativo e constante urbanização das populações, uma vez que suas áreas urbanas irão abranger um total cada vez maior a cada ano e a redução populacional irá demorar a se iniciar.

Para o Brasil a discussão sobre sua transição urbana e concentração populacional é um debate apresentado por diferentes autores (BAENINGER e PERES, 2012; ALVES, 2009; MARTINE e MCGRANAHAN, 2010), onde se discutem as causas e impactos dessa transição. Segundo Martine e Diniz (1997), o Brasil apresentou um padrão de urbanização acelerada e com concentração regional até 1980, mas a partir desta data houve uma reversão do processo de concentração urbana no país. Como se observa no gráfico da figura 7, em termos proporcionais a população urbana total reduz sua taxa de crescimento após o ano 2000, mas com um volume ainda elevado, causando um efeito de inércia que implica numa população mais urbanizada.

Com relação a transição urbana que aconteceu no Brasil, Alves (2009) destaca que ela ocorreu concomitantemente à transição demográfica e ambas estão em seus estágios avançados. As grandes cidades chegaram aos seus percentuais máximos em relação à população total, enquanto as taxas de fecundidade já se encontram abaixo do nível de reposição. Dentro de um futuro não muito distante as grandes metrópoles brasileiras vão apresentar crescimento populacional negativo e o grau de concentração em poucas cidades vai diminuir, com o fortalecimento progressivo das cidades médias.

Figura 7 – Grau de urbanização para Brasil, 1950 – 2050



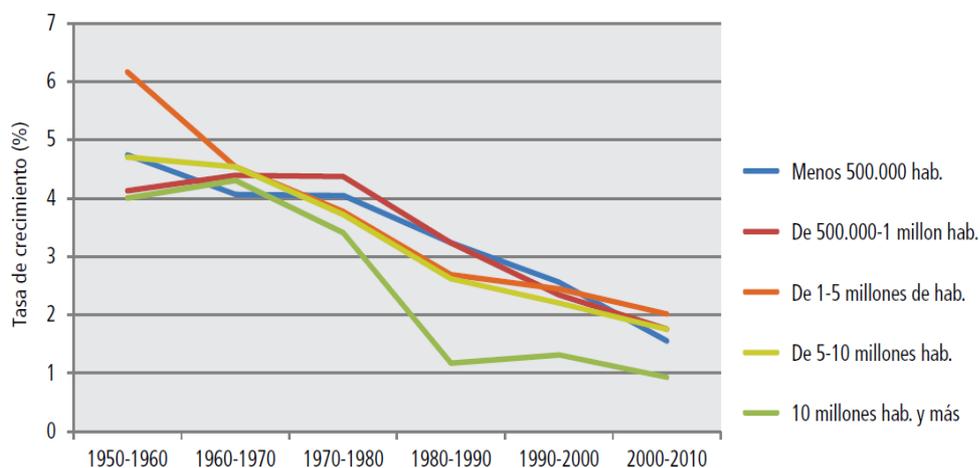
Fonte: United Nations, (2011)

Mesmo diante de diferenciais na conceituação para delimitar a população urbana, as taxas de crescimento urbano nos diferentes países da América Latina analisados, deixam claro o processo de avanço no crescimento da população urbana nesses países e da urgência em buscar soluções para o crescimento de seus espaços urbanos, de maneira a garantir a todos o acesso dos benefícios do espaço urbano, como infraestrutura, serviços de saúde e etc.

O processo de encolhimento das cidades ainda irá demorar em iniciar, uma vez que o grande volume da população leva a um crescimento vegetativo elevado e assim a uma população maior. Analisando a taxa de crescimento das cidades segundo seu tamanho de população

(figura 8), se observa a redução dos grandes centros com população acima de 10 milhões de habitantes nos últimos anos. Nos últimos 20 anos, deixou visível a queda das cidades com menos de 500 mil habitantes e uma predominância das cidades com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes.

Figura 8 – Taxa crescimento das cidades da America Latina e Caribe, em função do seu tamanho absoluto, 1950 – 2010.



Fonte: Relatório HABITAT/ONU

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMINHO FUTURO DAS CIDADES

Com a constante urbanização da população mundial se estima que em 2050, 72 % do total da população irá habitar nas aglomerações urbanas (UNITED NATIONS, 2012). Mas essa ocupação irá ocorrer de maneira diferenciada dentro do globo, onde os países da África e Ásia serão os mais urbanizados, enquanto o restante do mundo as mudanças nos níveis de urbanização serão bem menores e com baixos níveis.

No relatório ONU-HABITAT (2012), já se pode pensar em uma nova transição urbana nos países latino americanos, uma vez que se observa uma queda no crescimento das cidades em tamanho absoluto e assim uma desaceleração do crescimento urbano. Mas essa redução do crescimento ainda está associada a sérios problemas de infraestrutura, como a habitação, que diante aos constantes incentivos políticos, alcançou redução na quantidade de desabrigados, mas a qualidade dos assentamentos e das próprias edificações é cada vez mais precária.

Esse elevado valor pode ser reflexo da incapacidade das cidades em conter todo o volume da população definida como urbana, levando a uma maior concentração da população dos principais centros urbanos em áreas carentes de recursos mínimos, deixando uma preocupação futura para os governantes em como garantir a qualidade de vida urbana.

As cidades latinoamericanas, são consideradas medianamente densas, se comparadas as outras áreas urbanas do mundo. Comumente estas apresentam um centro altamente denso e as regiões periféricas de reduzidas densidade e analisar a densidade geral para mancha urbana, não permite captar essa informações, mas estudo a nível intraurbano observa uma queda das densidades populacionais, mesmo com a elevação do número de habitantes. Isso aponta para uma ampliação do espaço de vida da população, já observado por Ojima (2006) sendo uma das consequências o crescimento da dispersão urbana, ocorrendo uma expansão da mancha urbana em um ritmo mais elevado que do crescimento da população.

Associado a isso existe uma insuficiência do transporte público em atender toda demanda, levando ao uso de outros meios de transporte alternativo como bicicletas ou mesmo andar a pé, mesmo que muitas cidades não estejam pensadas para outros tipos de meio de transporte e com isso expondo seus usuários a riscos.

Com o crescimento do tecido urbano e uma maior preocupação internacional de que se busque a sustentabilidade nos espaço urbanos, aspectos como a mobilidade são preocupações levantadas e de importância para as cidades. Com uma cidade cada vez mais dispersa e com um maior numero de pessoas, a busca pelo carro próprio se eleva a fim de garantir a cesso a toda a cidade e com isso os problemas de engarrafamentos (ONU-HABITAT, 2012).

Diante aos problemas enfrentados em países da America Latina, fica a lição e aviso de prevenção para os continentes da África e Ásia, os quais ainda não alcançaram semelhantes graus de urbanização, mas avançam para semelhantes níveis. Estes devem olhar para os problemas ocorridos e pensar seu crescimento e desenvolvimento, na tentativa de executar um planejamento preventivo, alcançando um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado para seus centros urbanos.

Os impactos decorrentes dessa urbanização têm reflexos de ordem social, quando o poder público não consegue garantir para toda a população todos os serviços como coleta de lixo ou coleta e tratamento de esgoto, sendo estes alguns desafios ainda a serem vencidos.

A comparação dos conceitos utilizados entre os diferentes países permitiu concluir que as diferentes definições nos países trazem em si muitos detalhes socioculturais que terminam por tornar a comparação do grau de urbanização entre os países uma tarefa que exige muitas considerações para não levar a errôneas conclusões.

O uso de definições de outros países aplicados ao Brasil permitiu entender como o conceito aplicado eleva o numero das cidades brasileiras e do total da população urbana. Deixando também a questão de como se pode utilizando essas definições, pensar para o Brasil um novo conceito de urbano de maneira a tornar as estatísticas mais próximas de uma definição menos arbitrária, com conseqüente redução do total de aglomerações consideradas cidades. garantir aos seus habitantes maiores chances de obter elementos básicos para muitas cidades e melhores condições de exigir aos governantes locais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz (2009). “A transição urbana no Brasil”, em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art_64_transicao_urbana_07nov09.pdf>, acesso: 15/01/2014.
- BAENINGER, R.; PERES, R.G. (2012), “Cenário do crescimento populacional das metrópoles brasileiras no século 21” em Cadernos de estudos Sociais. Recife, Vol. 27, n.2, p.38-57.
- CARVALHO, J.A.M., GARCIA, R.A.(2003) “O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico”. em Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Vol. 19,n.3.
- CASTELS, M. (1978). “Urbanização, desenvolvimento e dependência. A questão urbana na América Latina”, em Almeida, F. L.(Org.). *A questão urbana na América Latina*, Ed.Forense Universitária.
- CELADE (2011). “Demographic Bulletin: N. 63, Santiago do Chile”.em <<http://www.eclac.cl/Celade/publica/bol63/BD63def00e.html>> acesso: 28/02/2014.
- FÍGOLI, M.G.B.; WONG, L.L.R. (2002). “O processo de finalização da transição demográfica na América Latina”, Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Ouro Preto – MG, Brasil, 4 a 8 de Novembro.
- HABITAT/ONU (2012). “Estado das cidades na América Latina e Caribe 2012: Rumo a uma nova transição urbana.”, em <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=538>, acesso: 15/03/2014.
- INEI (2014) “Variables Contextuales” em <http://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib0014/varicont.htm> acesso: 28/02/2014.
- MARTINE, G. ; McGRANAHAN, G. (2010). “A transição urbana brasileira: trajetórias, dificuldades e lições aprendidas.”, em Baeninger, R. (Org.), *População e Cidades: Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*, Brasília: UNFPA.
- MARTINE, G.; DINIZ, C. C. (1997). “Economic and Demographic Concentration in Brazil: Recent Inversion of Historical Patterns.” em Gavin Jones and Pravin Visaria (eds.) *Urbanization in Large Developing Countries: China, Indonesia, Brazil and India*. Clarendon Press, Oxford,
- MONTE-MÓR, R.L.M. (2006) O que é o urbano, no mundo contemporâneo, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- OJIMA, R. (2008). A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. Apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu.
- SILVA, H. ;MONTE-MOR, R.L.(2010). “Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis”, Trabalho apresentado no XVII

Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu-MG, 20 a 24 de setembro

UNDESA (2010). “World Urbanization Prospects: The 2009 Revision”. Em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/index.htm>> Acesso: 15/02/2014

UNITED NATIONS (2012). “World Population Prospects: The 2011 Revision – highlights”, em <http://esa.un.org/unpd/wup/pdf/WUP2011_Highlights.pdf>, acesso: 28/02/2014

VEIGA, J. E.(2002) *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.*, Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados.